



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão Permanente de Licitação

Ofício Interno n.º 58/13-CPL

Curitiba, 25 de abril de 2013

À DP

Att.: Sr^a. CLEUSA B. LEAL

Senhora Diretora:

Solicito seus préstimos para digitalização dos presentes documentos, referentes ao processo n.º 14495/2013 – CONVÊNIO - DETO/MANUTENÇÃO.

Atenciosamente,


ANGELA MARIA BAGGIO
Pregoeira da DLC

Protocolo TC-PR: **25516-5/13**

Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Dt/Hr: 25/04/2013 - 16:00 Ofic.: 058/13



JUNTADA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA 084/13

que entre si estabelecem a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, na condição de ÓRGÃO GERENCIADOR e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na condição de ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, visando a descentralização do orçamento programado, em atendimento ao Decreto n.º 5.975 de 22 de julho de 2002.

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, neste ato representada pela sua titular Senhora DINORAH BOTTO PORTUGAL NOGARA, RG n.º 2.084.725-5/PR, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**, doravante designado como ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, neste ato representado pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Doutor **ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO**, RG n.º 563.893-3/PR, devidamente autorizado pelo Acórdão n.º 698/2013, lavrado nos autos do processo n.º **14479/13**, considerando o disposto Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, no Decreto Estadual n.º 5.975, de 22/07/2002, na Lei Federal n.º 4.320, de 71/03/1964, e nas demais legislações federal e estadual aplicáveis a espécie, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação Técnico – Financeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnico Financeiro tem por objeto formalizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observados os limites por elementos de despesa e funcionais programáticas estabelecidas na cláusula sexta do presente Termo, com referência a **contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO**, contratados por sua solicitação, através da SEAP/DETO, nos termos da lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global estimado do presente termo é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para despesas com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE OFICIAL

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - 3º andar - Bloco B - Centro Cívico
80.530-140 - Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: 41 3313-6002 - Fax: 41 3313-6058



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Acordam os representantes do ÓRGÃO GERENCIADOR e do ÓRGÃO TITULAR do CRÉDITO, as seguintes obrigações para perfeito cumprimento do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA deste instrumento:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Das Obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR

1. Efetuar os procedimentos administrativos necessários e suficientes para a contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, previamente autorizados e cumpridas a formalidades legais.
2. Emitir as respectivas ordens de serviço oriundas dos contratos administrativos firmados em atendimento à solicitação do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO.
3. Efetuar o empenho da despesa referente à descentralização do orçamento programado, a ser deduzido do saldo da dotação orçamentaria do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, objetivando a perfeita satisfação das obrigações financeiras assumidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, em razão dos contratos firmados com esteio na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
4. Administrar os contratos de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, envolvendo os recursos da “movimentação de crédito”, bem como os aditivos que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Das Obrigações do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO

1. Efetuar a descentralização do orçamento programado, mediante a emissão da “Movimentação de Crédito Orçamentário”.
2. Efetuar, quando necessário, a solicitação de contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com todas as informações necessárias ao efetivo atendimento das mesmas, até o limite dos valores estipulados nas cláusulas segunda e sexta deste Termo, devendo, em razão disso, possuir saldo orçamentário suficiente para atendimento de sua postulação.
3. Atestar as notas fiscais e realizar a liquidação do empenho e respectivos pagamentos à empresa contratada, dentro dos prazos contratados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
4. Efetuar a publicação do extrato deste Termo de Cooperação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE OFICIAL

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - 3º andar- Bloco B - Centro Cívico
80.530-140 - Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: 41 3313-6002 - Fax: 41 3313-6058



5. Efetuar a previsão orçamentária para o exercício subsequente, contemplando os recursos necessários ao adimplemento da despesa contratada.
6. Prestar informações eventualmente solicitadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
7. Efetuar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Qualquer alteração, modificação, supressão ou acréscimo às disposições do presente Termo somente poderá ser efetivado através de Termo Aditivo previamente aprovado pelos respectivos titulares do órgãos convenientes descritos no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo será a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado até 31 (trinta e um) de dezembro do corrente exercício e estará limitada aos valores descritos na cláusulas segunda e sexta.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para adimplemento das despesas decorrentes do contrato de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota, efetivadas com base no presente Termo deverão, obrigatoriamente, integrar o orçamento do ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO e serão descritas pela:

- Funcional programática.....0301.01032434.002
- Rubrica orçamentária e respectiva dotação.....33.90.39.14

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido, se comprovadamente as partes não cumprirem com suas obrigações, caso em que deverá ser lavrado “Termo de Rescisão” acompanhando, se necessário, de justificativa administrativa.

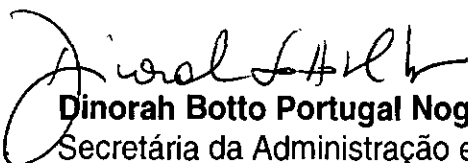


PARÁGRAFO ÚNICO

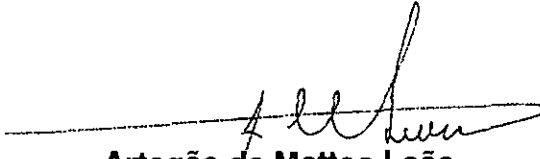
A utilização integral dos valores descritos nas cláusulas segunda e sexta, antes do término da vigência estabelecida na cláusula quinta e sem que tenha havido, em tempo hábil, Termo Aditivo para complementação dos recursos, extinguirá o presente Termo, permitindo ao ÓRGÃO GERENCIADOR a readequação do contrato.

E por assim estarem justos e acordados, frimam o presente em (02) duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas a seguir.

Curitiba, 01 de abril de 2013.

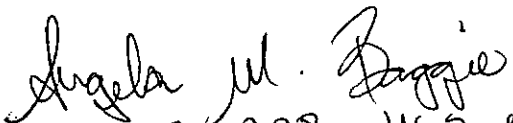


Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária da Administração e da
Previdência



Artagão de Mattos Leão
Presidente do Tribunal de
Contas do Estado do Paraná

TESTEMUNHAS:

1. Nome e RG: 
3.728.469.0

2. Nome e RG: Bruno de Costa Tunna
78951591

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE OFICIAL

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº -3º andar- Bloco B - Centro Cívico
80.530-140 - Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: 41 3313-6002 - Fax: 41 3313-6058